

MOBISERV, Lda.



Comércio & Serviços

Av. Acordos de Lusaka nº 1801

Tel.: +258 21 467553 • Fax: +258 21 465 282

Cell: +258 84 3929740

E-mail: mobiserv@teledata.mz

Maputo - Moçambique



TR531/TR581
Mesinha com rodas,
estrutura aço pintado e
tampos inox, protecção
lateral, com 458 x 458mm.



TR535/TR585
Mesinha com rodas,
estrutura e tampos inox,
com protecção lateral,
dimensão: 610 x 458mm.



TR582/TR532
Mesinha com rodas,
estrutura de aço pintado,
com prateleiras inox,
dimensões: 610 x 458mm



TR533/TR583
Mesinha com rodas,
estrutura em aço pintado
e tampos inox, com
protecção lateral,
com 915 x 458mm



TR610/TR630
Carrinho para transporte
de refeições, estrutura
e tampos em inox.

25 *A b r i l*
2014

Sexta-Feira

ANO IV - Edição n.º 783

H **ORIZONTE**
25

Diário Electrónico de Informação Geral

N.º Registo: 08/GABINFO - dec/2010

Director Editorial: Paulo Deves

GERAL: Cel: 827256216 - PUBLICIDADE: 840135802 - Email: horizonte25@tv cabo.co.mz - Av. Ahmed Sekou Touré, n.º 1552 - r/c - MAPUTO

AR aprova Previdência Social do Deputado



AR aprova Previdência Social do Deputado

Kamalonda Chissale

MAPUTO - A Assembleia da República aprovou, esta quinta-feira, em definitivo, o Projecto de Lei de Revisão do Estatuto e Previdência Social do Deputado, um documento que estipula que o mandato do deputado coincide com a legislatura, salvo renúncia, perda do mandato, morte ou dissolução do parlamento.



Segundo a Lei do Estatuto, as funções de Deputado são incompatíveis, de entre outras que a lei determine, com as de Presidente da República, membro do Governo, magistrado, provedor de Justiça, emprego remunerado por Estado estrangeiro ou organização internacional, exercício de mandato judicial como autor, nas acções civis contra o Estado, jornalista no activo em órgão de comunicação públicos e, ainda, com o exercício de qualquer cargo de direcção nos poderes executivo e judicial e outras previstas nas Leis Eleitoral e de Probidade Pública.

No âmbito deste Projecto de Lei, o deputado que tenha exercido as funções de Presidente da Assembleia da República em pelo menos, metade da legislatura e cuja cessação do mandato não resulte de motivos disciplinares ou criminais, tem salvaguardado, entre outros, os seguintes direitos e regalias: totalidade do vencimento actualizado, subsídio de reintegração de 100 por cento do vencimento base por cada ano do exercício do mandato, pensão de aposentação desde que tenha descontado

13 por cento do salário base, viatura para uso pessoal, de cinco em cinco anos, a expensas do Estado e assistência e medicamentosa para si, cônjuge e os dependentes previstos nos termos do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado.

O deputado tem direito, quando cessa o mandato e o motivo da cessação não seja disciplinar ou criminal, a um subsídio de reintegração de 75% do salário base, por cada ano de exercício do mandato, sendo este cumulável com a pensão de aposentação que devem ser pagos numa única tranche num prazo nunca superior a 180 dias, explicita o referido Projecto de Lei. Ainda segundo o documento, o Deputado que tenha cessado o mandato na Assembleia da República adquire, entre outros, os seguintes direitos e regalias: pensão de aposentação, subsídio de reintegração, tratamento protocolar, de acordo com as normas legalmente estabelecidas, e isenção dos direitos aduaneiros e outras imposições inerentes a importação de uma viatura para transporte próprio.

Para além de outras sanções previstas no

Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e noutra legislação, são infracções disciplinares aplicáveis ao Deputado, nomeadamente, celebrar acordo que tenha por objecto a tomada de posse do suplente, condicionando-a à contraprestação financeira ou de qualquer outra espécie ou a prática de actos contrários à lei; revelar informação sigilosa de que tenha tomado conhecimento no exercício das suas funções; adulterar os resultados da votação; e prejudicar o decoro parlamentar.

O sistema de previdência social do Deputado compreende os direitos à pensão de aposentação, subsídio de reintegração, assistência médica e medicamentosa, pensão de sobrevivência, subsídio de funeral, subsídio por morte, pensão de sangue e pensão de aposentação extraordinária.

O mandato do Deputado, para efeitos do sistema de previdência social, compreende as seguintes modalidades: mandato completo, que coincide com a legislatura, e mandato parcial, que corresponde ao exercício por um período mínimo de três anos consecutivos ou interpolados dentro da mesma legislatura.

Ainda nesta quinta-feira o parlamento aprovou, em definitivo, o Projecto de Alteração Pontual da Lei nº 17/2013, de 12 de Agosto, Regimento da Assembleia da República, uma alteração que incide sobre os artigos 39, 168, 196 e 216.

De acordo com este Projecto de Lei, são alterados os artigos 39, 168, 196 e 216, todos do Regimento da Assembleia da República, passando a ter a seguinte redacção: "Artigo 39 (Informação Anual do Chefe do Estado). 3. A Comissão Permanente da Assembleia da República, justificando-se, poderá definir outras datas. Artigo 168 (Regras específicas), b) após o debate e votação na especialidade em Plenário, segue-se a análise na especialidade, nos precisos termos dos artigos 120 e seguintes do Regimento. Artigo 196 (Depósito). 1. O Governo deve apresentar, à Assembleia da República e ao Tribunal Administrativo, a Conta Geral do Estado, em conformidade com os prazos definidos no Sistema de Administração Financeira do Estado. 2. O Relatório e Parecer do tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado devem ser enviados à Assembleia da República, em obediência aos prazos definidos no Sistema de Administração Financeira do Estado. Artigo 216 (Relatório Anual de Contas). 1. O Relatório Anual de Contas da Assembleia da República referente ao exercício findo é submetido ao Plenário até 30 de Abril do ano seguinte".

PARA PME

BCI lança nova Linha de Crédito no valor de cinco mil milhões de meticals

MAPUTO – O Banco Comercial e de Investimentos (BCI), disponibiliza, desde a passada quarta-feira, uma nova Linha de Crédito destinada às Pequenas e Médias Empresas (PME), no valor de cinco mil milhões de meticals, uma medida que vem reforçar o seu posicionamento como Banco das Pequenas e Médias Empresas moçambicanas e que surge no quadro do seu compromisso de apoiar, de forma crescente e efectiva, o desenvolvimento económico e social de Moçambique, através da disponibilização de soluções de apoio à tesouraria e ao investimento das empresas nacionais.



O anúncio da disponibilização da “Linha BCI Negócios PME 2014” foi feito pelo Presidente da Comissão Executiva do BCI, Paulo Sousa, no evento de lançamento da 3ª Edição do Prémio “100 Melhores PME”, uma iniciativa conjunta do IPEME – Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas desenvolvida em parceria com o Grupo SOICO, e que conta, uma vez mais, com o Alto Patrocínio do BCI, em exclusividade na área financeira.

O novo mecanismo de financiamento às PME sucede à Linha BCI Negócios 2013, lançada em Setembro do ano passado e que, face ao elevado nível de adesão, viu prorrogados o prazo e montante inicialmente estabelecidos, passando de 31 de Dezembro de 2013 para 31 Março de 2014, e de 500 para 1.000 Milhões de Meticals, respectivamente. De acordo com o PCE do BCI, os indicadores do sucesso daquela Linha, são igualmente

atestados pelo elevado grau de realização da mesma. Com efeito, no fim do período da sua vigência, o valor do crédito disponibilizado às PME superou substancialmente acima o montante 1.000 Milhões, confirmando-se, deste modo, o interesse e a necessidade do mercado pelas Soluções que o BCI coloca à disposição das PME.

A Linha BCI Negócios PME 2014 irá permitir que as PME moçambicanas continuem a ter acesso às condições especiais e verdadeiramente distintivas de financiamento que o BCI disponibiliza em prol do desenvolvimento económico e social sustentado da economia moçambicana, o que reforça o seu posicionamento como o Banco preferido das PME moçambicanas.

Na ocasião, foi referido igualmente que tendo em atenção as particularidades e necessidades específicas de alguns subsegmentos, o BCI decidiu, no âmbito deste mecanismo, criar Linhas de Crédito direccionadas, nomeadamente, às Mulheres Empreendedoras, às PME fornecedoras de Mega-projectos e ainda a empresas do ramo do Agronegócio, valorizando, desta forma, o papel particular que as mesmas desempenham no esforço pela criação de condições que promovam o crescimento económico de Moçambique.

O segmento-alvo da Linha de Crédito PME 2014 são todas as Pequenas e Médias Empresas moçambicanas, actuais ou potenciais Clientes do BCI.



RT-S REMANE TRADUÇÕES & SERVIÇOS

Sworn official translator

Tradutor oficial ajuramentado

Inglês para Português • Francês para Português & Vice - Versa

Contactos: Cel. 82 61 71 805 - 84 55 41 977

E-mail: abdul.remane2@gmail.com

PROJECTO CREDELEC

Standard Bank junta-se à EDM

MAPUTO - O Standard Bank e a Electricidade de Moçambique E.P. (EDM) assinaram, quarta-feira última, em Maputo, no âmbito do projecto Credelec, um acordo de revenda de recargas de energia eléctrica, através dos sistemas Mobile Banking e Internet Banking do banco.

Após a assinatura do acordo, o presidente do Conselho de Administração da EDM, Augusto de Sousa, referiu que o mesmo "representa uma vantagem para a própria EDM, porque vai minimizar as enchentes nos postos de venda, fazendo com que os clientes consigam, de uma forma mais cómoda, adquirir energia sem grandes problemas, utilizando os recursos que o Banco possui, nomeadamente o Mobile Banking e o Internet Banking".

O administrador delegado do Standard Bank, António Coutinho, foi pelo mesmo diapasão ao referir, na ocasião, que o acordo visa apoiar o trabalho árduo que a EDM está a efectuar para tornar o serviço Credelec mais acessível e, consequentemente, expandir a energia eléctrica para mais pessoas.

"Ao tornarmo-nos revendedores de Credelec, a partir das nossas plataformas de Internet Banking e Mobile Banking, sem custos adi-



cionais, pretendemos facilitar a vida dos nossos clientes, permitindo que adquiram energia sem esforço e que nunca mais experimentem a sensação de ficar sem energia eléctrica, por dificuldades de locomoção para um posto de venda", frisou António Coutinho.

A operacionalização deste serviço constitui uma mais-valia na melhoria da qualidade de serviços prestados pela EDM, uma vez que, para além da facilidade do uso, irá acrescentar aos clientes vantagens como comodidade e disponibilidade, reduzindo em grande medida o tempo de procura e de espera nos postos de venda.

Ainda, no decurso da cerimónia de assinatura do acordo com o Standard Bank, o presidente do Conselho de Administração da EDM revelou que o projecto Credelec Online vai, a partir de Setembro próximo, cobrir todo o País, permitindo, deste modo, que os clientes abrangidos por este sistema pré-pago, possam adquirir as recargas de energia eléctrica em qualquer ponto do País e a qualquer momento.

Para a materialização deste desafio, segundo referiu, a EDM acaba de identificar quatro empresas que vão iniciar, já em Maio, o desenvolvimento da implementação de uma solução tecnológica, visando a expansão do Credelec Online às regiões Centro e Norte do País, até Setembro do corrente ano.

"No início de Maio próximo, vai começar o desenvolvimento da implementação da solução tecnológica, para a operacionalização do Credelec Online nas zonas Centro e Norte do País e a perspectiva é que até Julho tenhamos o pacote a funcionar na região Centro, para, entre Agosto e Setembro, ser igualmente implementado no Norte", assegurou Augusto de Sousa.



ENTRE 26 E 29 DE MAIO PRÓXIMO

Cidade de Maputo acolhe IX Festival Internacional de Publicidade

- O IX Festival Internacional de Publicidade de Maputo realiza-se nos dias 26, 27, 28 e 29 de Maio de 2014, numa organização da AMEP - Associação Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Públicas.

MAPUTO - O objectivo do evento é o da promoção da actividade publicitária, através do reconhecimento da qualidade dos trabalhos publicitários e institucionais exibidos e veiculados, premiando os que, pela sua criatividade e originalidade, contribuam para o desenvolvimento do mercado publicitário internacional.

O IX Festival Internacional de Publicidade de Maputo está aberto a todas as agências e produtores de Publicidade de qualquer parte do Mundo.

Os trabalhos concorrentes são referentes às áreas de TV/Cinema, Rádio, Print/Poster/Billboard e Internet e devem ter como razão de ser a publicidade, seja de bens de produção e consumo, de serviços, de empresas ou de

instituições, devendo ser assinadas por produtos, serviços, empresas ou instituições com existência real e que se tenham destinado à exibição e veiculação.

São admitidas a concurso peças criadas e comprovadamente divulgadas no período entre 1 de Abril de 2013 e 30 de Abril de 2014. O prazo para as inscrições de peças a concurso, mediante pagamento da respectiva taxa, está

aberto entre os dias 1 e 15 de Maio de 2014. Anabela Adrianopoulos, conhecida comunicadora moçambicana, é a presidente do IX Festival Internacional de Publicidade de Maputo, enquanto o criativo português, Rogério Serrasqueiro vai ser o presidente do Júri Internacional.

O Prémio Carreira 2014 foi atribuído ao outro conhecido comunicador moçambicano, João de Sousa, que completa este ano meio século de actividade profissional ao serviço da Comunicação de Moçambique.

O júri internacional vai ser constituído por Jono Shubitz, Marc Watson e Gavin Whitfield, os três da África do Sul, Florent Beusse, das Maurícias, Rui Pombo e Tiago Fonseca, ambos de Angola, por Eduardo White, Stewart Sukuma, João Ribeiro e Mauro Ferro, todos de Moçambique.

MOÇAMBIQUE/RSA

Autoridades Tributárias estreitam relações

MAPUTO – O Comissário Geral da Autoridade Tributária da África do Sul, Ivan Pillay, escalou ontem a capital do País, Maputo, numa visita de um dia que servirá para o estreitamento das relações com a sua congénere moçambicana, tendo mantido com o seu homólogo moçambicano, Rosário Fernandes, um encontro de trabalho.

Nesta visita foram afluídos assuntos relacionados com o Projecto de Paragem Única Lebombo/Ressano Garcia, como também questões ligadas ao Instituto de Finanças Públicas de Formação Tributária e de Janela Única Electrónica (JUE).

Para o efeito, um memorando de cooperação entre as partes foi ainda ontem rubricado, visando entre outras acções, a promoção da

cooperação entre as instituições signatárias no domínio de troca de informação e melhores práticas em matéria de modernização de receitas e áreas específicas de conhecimento, identificação, iniciação e desenvolvimento de projectos-pilotos nas áreas de administração de receitas, prestação de assistência com programas, capacitação institucional e formação para melhorar as habilidades de cada uma das partes, desenvolvimento de abordagens comuns para perfis de risco e avaliação, desenvolvimento de abordagens comuns para as actividades de receita ilícita.

Rosário Fernandes, intervindo momentos após a assinatura do memorando, disse que o comércio entre Moçambique e África do Sul,

representa quarenta e oito por cento do volume das transacções internacionais que Moçambique realiza com o resto do mundo.

“Um dos grandes desafios das Autoridades Tributárias de Moçambique e da África do Sul, tem a ver com o alargamento de pontos de acesso à Janela Única Electrónica e com o desembaraço aduaneiro”, realçou.

De referir que Projecto da Paragem Única Lebombo/Ressano Garcia, ganhou expressão depois que Moçambique e África do Sul, rubricaram há três anos, um memorando bilateral, no qual ficou acordado que a vizinha República da África do Sul, financiaria a construção das infra-estruturas em setenta por cento do custo total e Moçambique, os restantes trinta por cento.



«Deseja informação sobre o Governo de Moçambique, onde e como encontrar serviços públicos? Acede ao portal do Governo da República de Moçambique através de www.portaldogoverno.gov.mz»



PRÓXIMA SEMANA

INAE divulga instrumentos legais sobre venda e consumo de bebidas alcoólicas

- A Inspeção Nacional das Actividades Económicas (INAE), na Província nortenha de Nampula, divulga próxima semana instrumentos legais sobre a comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em bombas de abastecimento de combustíveis, estabelecimentos comerciais e outros locais públicos.

NAMPULA – Esta informação foi prestada pelo delegado da Inspeção Nacional das Actividades Económicas em Nampula, Norberto João, afirmando que o trabalho de divulgação destes instrumentos legais, envolverá elementos da Polícia da República de Moçambique (PRM), do Conselho Municipal da Cidade de Nampula e funcionários do sector público e privado.

“Queremos manter um encontro de concertação entre o sector público e privado de modo que no fim, avançamos com o processo, mas sabendo de antemão que há um instrumento e já foi disseminado sem dúvidas. Os objectivos centrais que norteiam que haja um instrumento normativo no sentido de se fazer o controlo da produção, comercialização e consumo de bebidas alcoólicas tem em vista a necessidade de

se fazer controlo à venda de bebidas alcoólicas aos menores de dezoito anos. O segundo aspecto, é fixar horário e definir locais adequados onde esta bebida deve ser consumida”, realçou Norberto João.

Ainda de acordo com o delegado da Inspeção Nacional das Actividades Económicas em Nampula, este organismo não vai tolerar prevaricadores numa altura em que na Província

de Nampula, bebidas alcoólicas continuam a ser vendidas nas bombas de abastecimento de combustíveis e noutros locais próximos às instituições públicas e estabelecimentos escolares.

“O apelo que queria deixar primeiro aos fabricantes, que seremos muito cautelosos e rigorosos porque a intenção da aplicação deste instrumento normativo, é mesmo regular o processo da venda de bebidas alcoólicas. Então, iremos convidar os agentes económicos no sentido de colaborarem com a inspecção e qualquer dúvida que tiverem, eu era de opinião que eles fossem os primeiros a aproximarem-se à inspecção e abertamente alertar das situações de anormalidade para que nós possamos ajudar e não fazendo, comunico que vamos ser implacáveis em relação aquilo que a lei prevê”, delegado da Inspeção Nacional das Actividades Económicas em Nampula e a divulgação dos mecanismos a observar no controlo da produção, comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em Moçambique.

PROTAGONIZADAS POR DOENTES MENTAIS

Agressões físicas preocupam munícipes de Chimoio

- *Munícipes de Chimoio, pedem às autoridades para estancar a onda de agressões físicas protagonizadas por doentes mentais nesta urbe.*

CHIMOIO – Os munícipes, pedem igualmente para que os doentes mentais sejam recolhidos para o centro psiquiátrico de forma a não continuar a protagonizar descalços na cidade. As fontes, afirmam que o alvo preferencial dos doentes mentais tem sido as mulheres, situação que as coloca em insegurança quando circulam pela cidade.

Anabela Aires, é uma das munícipes que conta na primeira pessoa o drama de agressão física protagonizada por dementes na Cidade capital de Manica, Chimoio à luz do dia.

“Esta questão é lamentável, pois temos acompanhado casos em que os dementes em algum momento, tornam-se agressivos e nós temos filhos menores que vão à escola sozinhos e nós não sabemos como eles podem encarnar esta situação. Podem ter o azar de cruzar com um demente, cujo dia não está bem para ele e bater na criança e não se sabe se até podem vir a matar porque fazem as coisas incon-

scientemente. Eu pessoalmente, em estado de gravidez, foi agredida fisicamente por um demente em plena luz do dia”, disse Anabela Aires.

Por seu turno, Pedro Tawanda, outro munícipe da Cidade de Chimoio, caracteriza o drama como muito preocupante e urge a necessidade de quem de direito fazer algo para inverter a actual situação.

“O Governo assiste quase que impávido estes dementes a fazer vandalismo na urbe sem intervir. As autoridades deviam recolher os dementes para o Hospital Psiquiátrico porque lá estariam controlados, cuidados e a população segura”, disse Tawanda.

Entretanto, o vereador da área de Saúde no Município de Chimoio, aponta a necessidade de partilha de responsabilidades entre a edilidade e as famílias na sensibilização dos munícipes para a redução do consumo das bebidas alcoólicas e drogas, garantindo a realiza-

ção para breve de uma campanha de recolha de doentes mentais agressivos que protagonizam agressões físicas e outros descalços para o centro psiquiátrico.

“Temos que assegurar a inserção destes doentes nas respectivas famílias compartilhando assim, a responsabilidade da assistência a estes doentes entre a edilidade e as famílias. Como plano de actividades, estamos a sensibilizar a população no geral e aos munícipes em particular sobre o consumo excessivo e bebidas alcoólicas e drogas e de outras doenças que podem degenerar em doenças mentais, como forma de prevenção para que não haja doentes a deambular pela cidade”, Manuel Muchalafa, vereador da área da Saúde no Município de Chimoio, falando das acções a serem levadas a cabo com vista a estancar a onda de agressões físicas e outros descalços perpetrados por dementes na Cidade de Chimoio.

ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Aplicação da Lei vai custar mais de três milhões de Meticaís

Kamalonda Chissale

MAPUTO - A Proposta de Lei das Áreas de Conservação, ontem aprovada definitivamente na Assembleia da República, estabelece penas de prisão para os infractores sobre as espécies protegidas e em perigo de extinção e agrava as multas. Da sua aplicação resultará um impacto adicional para o Orçamento do Estado no montante de 3.600.000,00 Meticaís, com efeitos a partir do exercício económico de 2015, para acções de divulgação da Lei pelo País.

Com efeito, está sujeito a pena de prisão de oito a doze anos e multa correspondente, aquele que, puser fogo e por este meio destruir no todo ou em parte, floresta, mata o arvoredo; abater, sem licença, qualquer elemento das espécies protegidas; e praticar artes de pesca proibidas por lei, particularmente uso de explosivos, substâncias tóxicas venenosas ou equivalentes.

Ainda segundo esta Proposta de Lei, que congrega princípios e normas básicas sobre a protecção, conservação, restauração e utilização sustentável da diversidade biológica nas áreas de conservação, bem como o enquadramento de uma administração integrada para o desenvolvimento sustentável do País, "é condenado à pena de prisão até dois anos e multa correspondente, aquele que exercer actividades ilegais, usando armas de fogo em situação ilegal e armadilhas mecânicas e for reincidente".

A exploração ilegal dos recursos naturais em áreas de conservação, a realização nesta do trabalho arqueológico ou outras obras, sem autorização da autoridade competente, a importação ou exportação de recursos naturais sem licença ou em desacordo com as condições fixadas pela lei, o abandono de produtos florestais ou faunísticos ou pesqueiros objectos de licença e a prática de quaisquer actos que perturbem recursos naturais ou culturais em áreas de conservação constituem, segundo a Proposta de Lei das Áreas de Conservação, "infracções puníveis com a pena de multa de 11 a 50 salários mínimos praticados na função pública".

A pertinência desta Proposta de Lei, com 69 artigos, ordenados por dez (10) capítulos, assenta na necessidade de se conduzir a reabilitação e reorganização das áreas de conservação no País e, igualmente, conceber modelos de gestão inovadores e pragmáticos conciliados com os interesses dos sectores público e privado, bem como das comunidades que residem no interior e arredores das áreas de conservação.

De acordo com esta Proposta de Lei, são categorias de manejo das áreas de conservação total as seguintes: reserva natural integral, parque nacional e monumento cultural e natural, sendo categorias de manejo das áreas de conservação de uso sustentável as seguintes: reserva especial, área de protecção ambiental, coutada oficial, área de conservação comunitária, santuário, fazenda do bravia e parque ecológico municipal.

Em suma, os aspectos que merecem particular relevância na Proposta de Lei das Áreas de Conservação, pelo facto de se ajustarem à fase actual da conservação da diversidade biológica são: a categorização das áreas de conservação; a parceria público-privada; a participação do cidadão e das comunidades locais na gestão da diversidade biológica e das áreas de conservação; a inclusão das áreas de conservação transfronteiriças como mecanismos de implementação de convenções e tratados; o reassentamento populacional; e as penalidades ocasionadas pelas infracções sobre a diversidade biológica.

Entretanto, o Ministro do Turismo, Carvalho

Muária, afirmou, recentemente, em Maputo, que a pertença total e completa da terra e outros recursos naturais ao Estado, coloca Moçambique numa posição privilegiada de poder colocar os recursos, de forma justa e equitativa, à disposição dos cidadãos e a participar com o resto do mundo na implementação das tendências globais de abordagem da conservação da diversidade biológica e do património cultural como bens fundamentais à vida.

Muária sublinhou que "Moçambique tem uma rede de áreas protegidas cuja cobertura estende-se em todas as eco-regiões que asseguram a sua integridade como uma porção representativa do património natural do País, cobrindo cerca de 25% do território nacional". Segundo o governante, as áreas de conservação em Moçambique têm como finalidade proteger, conservar, desenvolver e promover o uso racional dos recursos naturais, com base num quadro institucional participativo, inclusivo, dinâmico e adequado, para o benefício ecológico, económico e social da actual e futura geração.

De acordo com o Ministro do Turismo, nos últimos anos, tem sido notória a crescente pressão dos caçadores furtivos sobre a fauna bravia moçambicana, tendo como alvos principais o elefante africano e o rinoceronte. "A título de exemplo, a Reserva Nacional do Niassa atravessou os seus piores momentos entre o último trimestre de 2012 e o primeiro trimestre de 2013, tendo perdido dois (2) a três (3) elefantes por dia", disse Muária para que o país tem sido, igualmente, usado como corredor de exportação de cornos de rinocerontes e pontas de marfim cujo mercado preferencial é o continente asiático.

O ministro do Turismo revelou, ainda, que devido ao envolvimento em operações de caça furtiva, vários cidadãos têm sido mortos na República da África do Sul e outros surpreendidos na posse ilegal destes troféus, sendo tudo isso agravado pelo quadro legal actual vigente em Moçambique que não permite a aplicação de penas severas aos infractores, não havendo assim medidas que desencorajem a caça furtiva.

SINTIHOTS em sintonia para o bem dos trabalhadores

Av. Eduardo Mondlane 1267
Telefax 21- 320409 - CP. 394 | Cells: 82 4315620-82 7690120
E-mail: Sintihots@tvcabo.co.mz

Maputo - Moçambique



PORTO DE PEMBA

Base logística concluída até 2º semestre de 2016

MAPUTO - A primeira fase do projecto de construção da Base Logística do Porto de Pemba, na Província nortenha de Cabo Delgado, que visa responder às necessidades logísticas do desenvolvimento da indústria de hidrocarbonetos na Bacia do Rovuma, deverá estar concluída até o segundo semestre de 2016.

Para a implementação do projecto, a Sociedade Portos de Cabo Delgado (PCD), concessionária dos Terminais Portuários e Logísticos de Pemba e Palma, anunciou esta quarta-feira a indicação da sociedade ENHILS, S.A., como subconcessionária da Base Logística do Porto de Pemba.

O anúncio teve lugar em Maputo, durante uma conferência de imprensa para o efeito.

A subconcessionária que irá construir, operar e gerir a Base Logística do Porto de Pemba é uma sociedade constituída pela ENH Logistics, SA (ENHL), com 51 por cento, e pela Orlean Invest, com 49 por cento, contando com a parceria técnica da Sonangol Integrated Logistic Services (SONILS).

A ENHL é uma empresa moçambicana detida em 100 por cento pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e a sua actividade principal é a prestação de serviços e fornecimento de infra-estruturas de suporte ao sector de hidrocarbonetos em Moçambique.

Por seu turno, a Orlean Invest é uma empresa nigeriana líder mundial na logística integrada para a indústria de petróleo e gás.

As obras da primeira fase estão orçadas em 150 milhões de dólares norte-americanos e compreendem a construção da Base Logística e das instalações para a produção e montagem de equipamento submarino usado na indústria de hidrocarbonetos.

Este projecto está em consonância com o desenvolvimento desta indústria em Cabo Delgado, onde se prevê iniciar a exportação de gás natural em 2018.

"Vamos garantir que até segundo semestre de 2016, as infra-estruturas estejam prontas", assegurou o director executivo da ENH Logistics, SA, Eduardo Naiene, durante a conferência de imprensa.

Actualmente, segundo a fonte, decorre o estudo de impacto ambiental, após o qual deverá ser lançada a primeira pedra para a execução das obras.

Na ocasião, o director executivo do PCD, André da Silva, explicou as razões que impediram o lançamento do concurso para a escolha da ENHILS como subconcessionária, anotando que foi devido a constrangimentos derivados do calendário de implementação

do projecto da planta de gás natural de Palma, pelo que se optou por uma adjudicação directa.

Segundo André da Silva, esta foi a única via encontrada para permitir o arranque dos trabalhos preparatórios de construção de maneira a cumprir as metas requeridas pelos operadores para a utilização da infra-estrutura.

"De acordo com o calendário dos operadores no terreno, a construção da planta de LNG em Palma arranca em 2015 e haverá equipamentos e materiais que eles precisam de utilizar e que devem ser manuseados na infra-estrutura que pretendemos construir. A realização de concurso público internacional, implicaria no mínimo para a sua conclusão cerca de nove meses até podermos identificar o parceiro, prazo este que não se coaduna com os trabalhos a decorrer no terreno", explicou o director executivo da PCD.

Da Silva justificou ainda que a escolha da ENHILS, SA teve em conta a sua proposta e capacidade técnica demonstrada e garantias de financiamento imediato das obras de implementação do projecto.

DEVIDO A CHUVA DO INÍCIO DO ANO

Culturas diversas dadas como perdidas em Namacura

- Mais de seiscentos e cinquenta hectares de culturas diversas são dados como perdidos no Distrito de Namacura, Província central da Zambézia, em consequência da chuva que caiu nos primeiros meses do presente ano.

QUELIMANE – Os dados representam uma perda da área de produção em 1.7 por cento dos mais de oitenta mil hectares anteriormente previstos. A informação foi avançada por Betinho Francisco, director dos Serviços Distritais das Actividades Económicas em Namacura.

Na ocasião, Betinho Francisco acrescentou que o Governo distrital já mobilizou variedades de sementes para a sua recuperação na segunda época da presente campanha agrícola. De referir que o Distrito de Namacura é poten-

cial na produção do arroz, castanha de caju, entre outros produtos de rendimento.

"Da área perdida, neste momento o distrito já mobilizou variedades de sementes de hortícolas, milho do ciclo curto e estamos a distribuir um pouco para todas as localidades, não só aquelas que foram assoladas, mas como o período coincide com o início da segunda época, o nosso grande desafio é completar a área perdida para dizer que neste momento, a situação está controlada", frisou Betinho Fran-

cisco.

A cultura do arroz foi a mais assolada pelas intempéries naquele distrito, com mais de trezentos hectares perdidos dos anteriores sessenta mil hectares lavrados e semeados até finais do Janeiro último.

Como forma de se recuperar as áreas perdidas, a fonte apelou à população a apostar nas hortícolas nesta segunda fase da presente época agrícola, assim como, a cultura da bata-doce e milho do ciclo curto.

COM VITÓRIAS CONSTRUÍMOS MOÇAMBIQUE



AO RECENSEAR MAIS DE 600 ELEITORES

STAE em Tete espera atingir meta até dia 29 de Abril

- Seiscentos e setenta mil potenciais eleitores foram recenseados na Província central de Tete para participarem no pleito eleitoral agendado para o próximo dia 15 de Outubro.

TETE – Cerca de seiscentos e setenta mil eleitores já foram recenseados na Província central de Tete e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), espera atingir a meta até o próximo dia 29 de corrente mês.

De acordo com o director do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral naquela parcela do País, já se conseguiu atingir cerca de setenta por cento dos mais dos noventa e cinco mil eleitores previstos para o presente censo.

Nuno Correia, referiu que apesar dos constrangimentos encontrados no início do processo relacionado com a familiarização das máquinas pode-se dizer que o processo está a decorrer de forma satisfatória.

Correia disse estar esperançado no cumprimento da meta pelo facto de os eleitores estarem a acatar os apelos para a corrida aos postos de recenseamento eleitoral.

"Todo o esforço feito a nível da província, assim como todos os distritos juntos com as lideranças comunitárias e administrativas locais, foi no sentido de que toda a população com capacidade eleitoral deve-se recensear de modo que possa participar na votação. Achamos que os agentes vão trabalhar a todo o

gás, estamos a imprimir mais dinamismo no processo de sensibilização da população junto das comunidades para que aquelas pessoas que ainda não fizeram o recenseamento possam o fazer dentro do período estabelecido", director do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral em Tete e o trabalho em curso para o cumprimento da meta de inscrição dos eleitores até ao dia 29 do presente mês.

Nuno Correia, apontou a Cidade de Tete e os Distritos de Angónia, Changara, Macanga e Zumbo, como os locais onde mais cidadãos se recensearam.

Entretanto, apela à todos que ainda não se recensearam para o fazerem enquanto é tempo porque estando o processo na sua fase final, é preciso evitar as longas filas, característica dos últimos dias.

POTENCIAIS ELEITORES

Mais de trezentos já foram inscritos em Gaza

- A Província de Gaza já inscreveu mais de trezentos e quarenta mil potenciais eleitores, dos quinhentos mil previstas para esta parcela do País.

Xai-Xai – O número de potenciais eleitores inscritos, representam pouco mais de sessenta e sete por cento, cifra que não conforta o Secretariado Técnico da Administração Eleitoral (STAE) neste ponto do País. A directora provincial do STAE em Gaza, Maria Ombe, explicou que várias acções estão em curso em vários locais públicos com vista a incutir a importância do censo eleitoral.

"Na educação cívica, muitas estratégias foram desenhadas, onde direccionámos muitas acções para reverificarmos nas escolas se não teriam alunos que terão completado dezoito anos ou que vão completar até ao dia 15 de Outubro para se recensearem em caso de ainda não o ter feito. É nos aglomerados populacionais, a exemplo dos mercados onde

as pessoas dão mais prioridade aos assuntos pessoais e podem ter ficado sem se recensear. Nas escolas, não só prestamos atenção aos alunos mas também para os docentes, camada que tem sido alvo da nossa campanha de sensibilização. Para além nas comunidades, olhámos também para a parte dos viajantes, sabendo que muitos estão preocupados em viajar e quando ouvem falar do dia 29 de Abril, vê que não está muito longe e a nossa mensagem é de aproximar aos transportadores, fazendo ver aos viajantes da necessidade de se recensearem", realçou.

Maria Ombe, explicou que a única condição de participar no sufrágio do próximo dia 15 de Outubro é obter o cartão do eleitor, daí o vigoroso apelo:

"O apelo vai de facto para todos aqueles que ainda não se recensearam e que têm idade para votar ou que vão completar até ao próximo dia 15 de Outubro para se dirigirem aos postos criados para o efeito e não deixarem para o último dia. É verdade que estamos nos últimos dias, mas o mais agravante, é alguém deixar para o dia 28 e 29, o que não é correcto e nós gostaríamos de fazer o trabalho para que todos aqueles que não se recensearam, pois as brigadas funcionam até às dezassete horas", Maria Ombe, directora do Secretariado Técnico da Administração Eleitoral em Gaza e a necessidade das pessoas afluírem aos postos do recenseamento eleitoral com vista a participarem no sufrágio do dia 15 de Outubro do corrente ano.

Departamento Comercial

Telefone: 840135802 - 827256216 - E-mails: horizonte25@tv cabo.co.mz - horizontepd25@gmail.com

CONSIDERA MANTEGA

Inflação vai encerrar o ano abaixo do tecto da meta

- *Ministro da Fazenda (Finanças), afirmou que os preços subiram em Março e em Abril, mas devem recuar em Maio e Junho.*

A inflação vai terminar este ano abaixo do limite máximo da meta, que é 6,5%, garantiu nesta quarta-feira o ministro da Fazenda (Finanças), Guido Mantega. Segundo o ministro, em 12 meses, a inflação pode ultrapassar 6,5%, mas vai arrefecer em seguida. “Quando pega a inflação no pico, em 12 meses, pode até ultrapassar os 6,5%. Só que depois, ela diminui.”

De acordo com pesquisa feita pelo do Banco Central com instituições financeiras, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve chegar a 6,51%, este ano, ultrapassando o limite superior da meta.

O ministro argumentou que o País está num período de elevação inflacionária, mas isso já estava previsto. “Todo ano acontece esse processo. É sazonal, portanto, mas tem a ver também com condições meteorológicas. Este ano, temos menos chuva e isso fez com que subissem alguns produtos, principalmente hortifrutigranjeiros”, enfatizou. Mantega lembrou que a inflação subiu em Março e em Abril, mas deve recuar em Maio e Junho. “É claro que tem

algum produto que tem alguma sazonalidade ou que está na entre-safra que poderá subir, porém a maioria dos produtos estará a reduzir o seu preço ao longo dos próximos meses”, acrescentou.

Segundo o ministro, o aumento da produção de etanol no País vai ajudar na redução da inflação. “Agora estamos no período em que o etanol aumenta a sua produção. Quando entrar a safra, vai reduzir o preço do etanol e também dos combustíveis. Isso vai acontecer entre Maio e Junho”. Mantega também disse que o governo não está cogitando aumentar o percentual de participação do álcool anidro na gasolina. Actualmente, esse percentual é 25%.

“Sempre é possível, mas no momento não estamos cogitando”, disse.

O ministro disse ainda que o preço da energia será o vilão da inflação este ano. “É assim, todo ano tem algum vilão na história da inflação. Mas é importante que seja algum vilão e os outros preços possam recuar”, destacou ele, que participou do lançamento do Programa Portal Único de Comércio Exterior, na sede da Confederação Brasileira da Indústria (CNI). Mantega garantiu igualmente que o governo não estuda nenhuma mudança no critério de avaliação da inflação. Em matéria publicada na edição da quarta-feira do jornal O Globo, técnicos do governo defendem a retirada de produtos in natura do cálculo do IPCA. O motivo seriam os frequentes choques nos preços desses produtos causados por problemas climáticos.

“Não há nenhuma mudança de critério na avaliação da inflação. Não sei quem tirou essa ideia. Mas ela não procede. Quem faz isso é os Estados Unidos. Os Estados Unidos retiram alimentos e combustível. Não fazemos isso e continuaremos da mesma maneira, usando os mesmos critérios”, disse.

DESDE 2009

Avaliação da indústria com condições financeiras atinge o pior nível

- *Diante dos dados, CNI aponta que a retomada do investimento está cada vez mais distante.*

A satisfação do empresário industrial brasileiro com a margem de lucro, situação financeira e o acesso ao crédito, atingiu, no primeiro trimestre deste ano, o pior nível desde o segundo trimestre de 2009.

De acordo com a pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta quarta-feira pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o indicador relativo ao lucro ficou em 42 pontos e o relativo à situação financeira em 47,2 pontos. A avaliação sobre o acesso ao crédito ficou em 39,2 pontos. Resultados abaixo da linha divisória de 50 pontos são considerados ruins, segundo a metodologia da pesquisa.

Para a Confederação Nacional da Indústria, os dados dos primeiros três meses de 2014 indicam que “a retomada do investimento está cada vez mais distante”, em razão da falta de confiança dos industriais quanto à execução de medidas que revertam o quadro da baixa competitividade. A entidade criticou “a elevação das taxas de juros, que encarece o investimento e limita a expansão do consumo”.

A Sondagem Industrial avalia mensalmente a opinião dos empresários sobre questões como evolução da produção e o uso da capacidade instalada. Ao fim de cada trimestre, questiona, também, as condições financeiras dos partici-

pantes. Os resultados da sondagem relativos ao mês de Março, mostram uma indústria desaquecida. De acordo com a pesquisa, no mês passado, a produção industrial caiu pela quinta vez consecutiva, ficando em 48,8 pontos.

A utilização da capacidade instalada ficou abaixo da usual, atingindo 42,9 pontos, o que demonstra ociosidade. O número de empregados igualmente apresentou uma queda, situando-se em 48,6 pontos. Apenas os stocks ficaram dentro do planeado, em 50,1 pontos. Segundo a CNI, os resultados fracos devem-se, em parte, ao facto de o Carnaval ter sido comemorado em Março.

Inclusão digital e gestão da rede dão o tom num evento sobre futuro da Internet

A conferência internacional sobre o futuro da Internet NetMundial, que teve início nesta quarta-feira em São Paulo, Brasil, foi marcada no seu primeiro dia por discursos pedindo uma maior pluralidade na governação da rede e uma maior inclusão digital em todo o mundo.



O pedido mais enfático aconteceu já na cerimônia de abertura pela nigeriana Nnenna Nwakanma, fundadora da organização Free Software and Open Source Foundation for Africa.

"Minha primeira questão é levar internet aos dois terços da população mundial que ainda não estão conectados. O índice de penetração médio da internet em países desenvolvidos é de 31%, mas na África é de apenas 16%", disse.

As cifras apareceram nas palavras de vários outros palestrantes, como nas do subsecretário-geral da ONU, Wu Hongbo, que veio a São Paulo representando o chefe da Nações Unidas, Ban Ki-moon.

"Apenas um terço da população mundial têm acesso a internet e às suas ferramentas. É preciso aumentar esse número e dar voz às opiniões, não só com uma maior participação da sociedade no comércio, mas também no processo de tomadas de decisões", disse.

Segundo o representante da ONU, "a internet pode contribuir ainda mais com os esforços para erradicar a pobreza, diminuir a desigualdade e proteger os recursos do planeta".

Internet plural

A pluralidade da rede deve se fazer refletir na governança da rede. Essa é outra tese bastante repetida nos salões do hotel Grand Hyatt, na zona sul da capital paulista, inclusive pela presidente Dilma Rousseff, que abriu o encontro.

"O Brasil defende que a governança da Internet seja multissetorial, multilateral, democrática e transparente", disse a presidente.

A ideia também é onipresente no documento feito de maneira colaborativa por representantes de governos, setor público, sociedade civil e universidades.

Mas nem todos parecem entender pluralidade

na governança sob o aspecto multissetorial, ou seja, com a participação de diversos actores, e não só o dos governos.

Numa das sessões, no período da tarde, um dos delegados do governo russo expôs a tese, compartilhada por outros países como a China, de que a governança da Internet deveria se dar no âmbito da ONU, ou seja, com a participação exclusiva dos governos.

Icann

A discussão sobre a pluralidade ganhou força após a decisão dos Estados Unidos em acabar com o vínculo institucional com o Icann (Organização da Internet para Atribuição de Nomes e Números), o órgão baseado em território americano que atribui e administra os nomes e domínios usados na internet.

Em setembro de 2015, o órgão deve passar à administração de um grupo multissetorial, composto por representantes de governos, sociedade civil, setor privado e universidade.

Para o americano Vint Cerf, considerado um dos criadores da Internet, esse é um dos grandes desafios aos debates em São Paulo. "É preciso dar uma resposta ao fim da relação dos Estados Unidos com o Icann", disse.

Roteiro para a governança

A última sessão do dia foi a primeira a discutir a segunda parte do documento-base da conferência, o chamado Mapa para a Evolução Futura da Internet, que está conduzindo todas as discussões no evento.

As sessões foram acompanhadas em salas de conferência virtuais ao redor do mundo, onde participantes puderam fazer perguntas.

Para o secretário de Política de Informática do Ministério de Ciência e Tecnologia, Virgílio Almeida, a reunião em São Paulo é apenas o começo do processo.

"Queremos ver as bases das mudanças acontecerem. Esse é um dos objetivos da reunião em São Paulo", disse Almeida, ressaltando que o estágio inicial ainda é para afinar ideias. A discussão sobre o roteiro de governança deve continuar na quinta-feira. Mais cedo, o criador da World Wide Web, Tim Berners-Lee, resumiu o estágio dos debates.

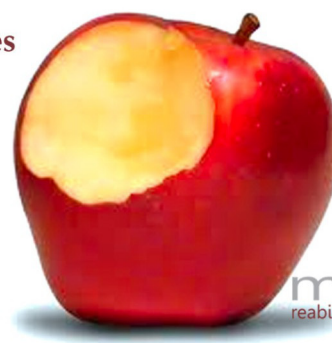
"Estamos fazendo progressos. Isso é ótimo, cara, mas ainda temos um grande caminho pela frente", disse.

Estamos comprometidos em oferecer-lhe **Dentes Mais Fortes**

Você irá sair do nosso consultório com vontade de dar dentadas em tudo gostoso que lhe aparecer pela frente!

Marque connosco!

Av. Francisco O. Magumbwé, N° 457-Maputo Tel/Fax: 21-493-362 Cel: 82-062-7436 84-560-3966 Email: clinicamais@tdm.co.mz



mais
reabilitação oral

...é mais saúde.

À EPIDEMIA DE CESARIANAS

Acções de combate estão paradas na Justiça há quatro anos

Jogo de empurra entre órgãos federais ligados à saúde e entidades privadas, morosidade por parte da Justiça. Esses são alguns dos entraves encontrados nos últimos quatro anos pelo Ministério Público Federal (MPF) na tentativa - por enquanto em vão de reduzir os índices epidêmicos de cesarianas feitas na rede privada do País.



O Brasil é o País com maior índice de cesáreas do mundo (52%), e esse índice ultrapassa os 83% nos hospitais particulares, que atendem maioritariamente pacientes com planos de saúde.

Enquanto o índice recomendado pela Organização Mundial da Saúde é de 15%, ele chega a 90% em algumas maternidades renomadas das principais capitais do País.

Em 2010, o MPF entrou com uma ação civil solicitando que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) cumpra seu papel de regulamentar os planos de saúde e os obrigue a tomar providências para aumentar o número de partos normais e reduzir as cesáreas. O MPF pediu seis medidas (leia abaixo) que colaborariam para conter a epidemia de cesáreas.

Quatro anos depois de impetrada a acção, a Justiça ainda não se manifestou e não tem prazo para fazê-lo. Em agosto de 2013, após três anos de trâmites legais, a acção finalmente estava pronta para ser julgada, aguardando o veredicto do juiz Victorio Giuzio Neto (titular da 24ª Vara Federal, em São Paulo). Mas o juiz está de licença médica até maio e, procurado pela BBC Brasil, preferiu não fazer declarações sobre processo sob o argumento de que o julgamento da ação está pendente.

Na semana passada, a BBC Brasil publicou

uma série de reportagens mostrando que a desinformação e falhas no sistema de saúde do país são os principais responsáveis pela liderança no ranking mundial dos partos cirúrgicos. Apesar de muitos dos pontos propostos pelo MP serem elogiados por algumas das entidades ligadas à saúde do País, nenhum deles foi colocado em prática. E os índices seguem crescendo.

Responsabilidade de quem?

Na ação civil, de número 0017488-30.2010.4.03.6100, o Ministério Público cobra da ANS seis medidas que ajudariam na redução do número de cesarianas e promoção do parto humanizado.

Publicação do percentual de cesáreas realizadas por médicos e hospitais conveniados a planos e pagamento de honorários diferenciados a médicos para cesáreas e partos normais estão entre as demandas do MP, que entende que essas medidas são de responsabilidade da agência.

No entanto, a ANS afirmou à BBC Brasil que nenhuma das medidas é de competência direta dela, apesar de dizer que concorda com cinco dos seis pontos propostos e até sugerir que sejam adotados pelos planos de saúde.

Associações da classe médica acusam a ANS de não cumprir seu papel de fiscalizar a atuação dos planos. Alegam que médicos fazem as denúncias, mas não têm como obrigar as operadoras de saúde a cumprir medidas que julgam razoáveis.

O jogo de empurra pela responsabilidade sobre a saúde pública brasileira amplia-se ainda mais porque o governo federal diz que a ANS

é apenas um órgão vinculado ao Ministério da Saúde, que não teria competência sobre as acções da agência por causa disso.

Parte das medidas sugeridas pelo Ministério Público poderia ser tomada pelos hospitais e, outra parte, pelos próprios médicos. Mas isso não vem ocorrendo por iniciativa própria de médicos e maternidades conveniados a planos de saúde. Por isso, o MP tomou a decisão de acionar a ANS, na tentativa de fazê-la obrigar os planos a exigir tais medidas de seus médicos e hospitais.

A procuradora da República Ana Carolina Previtali Nascimento, uma das responsáveis pela ação, disse à BBC Brasil que o MPF considera a ANS responsável por fazer com que as seis medidas (saiba mais abaixo) sejam colocadas em prática e, se não for assim, cabe ao governo federal deixar claro

que setor precisa assumir a responsabilidade por cada ponto.

"A ANS vem sendo omissa em seu dever de regulamentar essa questão (das crescentes taxas de cesáreas), adotando ações educativas que são importantes, mas que estão longe de provocar mudanças efetivas no comportamento da sociedade", afirma a procuradora.

"E essa omissão total, que perdura há anos, explica bem a situação que temos hoje. O que a ANS faz (para pressionar os planos de saúde) é muito pouco, prova disso é que as taxas de cesáreas só vêm aumentando na rede privada."

Karla Coelho, gerente de assistência à saúde da ANS, refuta a acusação. "A agência está longe de ser omissa. Pelo contrário. Há dez anos trabalhamos para reduzir o número de cesáreas e em medidas para reduzir esse problema", disse.

"Realizamos diversas audiências com todas as partes envolvidas. Também criamos um comitê para discutir sobre os fatores envolvidos no parto, envolvendo todos os interessados também. É preciso enfrentar o problema em todas as frentes, pensando ações conjuntas com vários setores, como o Ministério da Saúde, os planos, as maternidades e, claro, as mulheres."

Conheça o misterioso livro escrito em idioma indecifrável

Um livro escrito num idioma que não existe e ilustrado com plantas e criaturas nunca vistas é um dos grandes mistérios da Biblioteca Beinecke de Manuscritos e Livros Raros da Universidade de Yale, nos Estados Unidos. O livro é conhecido como Manuscrito de Voynich, uma homenagem ao comerciante de livros usados Wilfrid Voynich, polaco naturalizado britânico que teria descoberto o misterioso livro na Itália, em 1912.



Desde então, o texto se transformou em obsessão de vários especialistas e gerou muitas teorias, algumas científicas e outras mais absurdas.

"Minha favorita é a que fala que (o livro) é um diário ilustrado de um adolescente extraterrestre que o esqueceu na Terra antes de partir", disse em tom de piada o curador da Biblioteca Beinecke, Ray Clements.

O manuscrito é, na verdade, um livro pequeno, do tamanho de uma das reedições de clássicos da literatura que geralmente são impressos pela editora Penguin.

A capa é frágil, feita de couro desbotado, da cor de marfim desgastado.

Ao todo são 240 páginas ilustradas. Os desenhos parecem coisas descritas em visões alucinógenas, plantas estranhas, símbolos astrológicos, criaturas em forma de medusas e o que parece ser uma lagosta.

Numa das imagens pode-se ver um grupo de mulheres nuas de pele muito pálida, que deslizam pelo que parece ser um tobogã de água. O texto está escrito com tinta cor marrom e me

faz recordar a descrições do idioma dos elfos, criação do escritor inglês J.R.R. Tolkien, autor de livros como O Hobbit e O Senhor dos Anéis.

Fuga para a Inglaterra

Wilfrid Voynich nasceu em 1865, era de origem polaca e vivia na Lituânia, território que, na época, pertencia ao Império Russo. Ele foi preso e enviado para a Sibéria por exercer atividades revolucionárias.

Voynich conseguiu escapar da Sibéria através da Manchúria e fugiu para a Inglaterra.

Em Londres, ele estabeleceu uma livraria especializada em textos de segunda mão, que acabou se convertendo num centro onde se reuniam os exilados políticos que viviam na capital britânica - e atraía nomes como Karl Marx.

Voynich afirmava que encontrou o manuscrito num seminário jesuíta, nos arredores de Roma, chamado Villa Madragone.

No manuscrito estava anexo o que parecia ser uma carta escrita em 1665 por Johannes Marcus Marci, um físico do Sacro Império Ro-

mano.

A carta dizia que o livro chegou a pertencer a Rodolfo 2º, imperador do Sacro Império Romano (1576-1612) e que provavelmente seria obra do alquimista inglês Roger Bacon.

Outros dois possíveis autores que estariam envolvidos com o manuscrito seriam John Dee, mago e astrólogo da rainha Elizabeth 1ª, e um dos seguidores de Dee, Edward Kelley.

Voynich se referiu ao livro como "o manuscrito com a mensagem codificada de Roger Bacon".

Atracção

Desde então, o manuscrito se transformou num ímã de mentes brilhantes.

O americano William Friedman, um dos grandes criptógrafos do século 20 e que criou a Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês), a instituição que recentemente teve grande destaque no mundo graças às denúncias de espionagem de Edward Snowden, passou 30 anos de sua vida tentando decifrar o código do manuscrito.

E as novas teorias sobre o misterioso livro se multiplicam.

Um botânico aposentado dos Estados Unidos disse recentemente que algumas das plantas eram originárias da América Central. Já um especialista britânico garantiu que, depois de aplicar os seus conhecimentos em linguística, conseguiu traduzir dez palavras.

Falsificação

No entanto, é possível que o próprio Wilfrid Voynich tenha falsificado o livro.

Um dos artifícios mais comuns na história da falsificação é o de um comerciante de livros raros que "descobre" um manuscrito desconhecido.

Voynich é conhecido por ter este "toque mágico". Afirma-se que ele teria adquirido uma grande quantidade de pergaminho e que aplicou seu bom conhecimento de química, obtido na Universidade de Moscovo para produzir tintas com pigmentos parecidos com os usados na Idade Média.

É possível que ao ter falsificado o manuscrito, Voynich fez o que muitos falsificadores já tinham feito: criou um segundo documento para validar o primeiro e dar a ele uma origem plausível.

Mas, até que sejam feitas análises e exames das tintas e pigmentos do manuscrito, o mistério deste livro continuará seduzindo os atuais e futuros "Voynicologistas".

E até agora só se conseguiu determinar que o couro data do século 15.



FC PORTO

Pinto da Costa cumpre 32.º ano de presidência

- Jorge Nuno Pinto da Costa, celebrou na passada quarta-feira, dia 23 de Abril, o 32.º aniversário na presidência do FC Porto.

Foi no dia 23 de Abril de 1982 que Jorge Nuno Pinto da Costa chegou à presidência do FC Porto, sucedendo a Américo de Sá. Na altura, os dragões contavam no palmarés com apenas sete títulos de campeão nacional, quatro Taças de Portugal e uma Supertaça Cândido de Oliveira, entre as provas em que ainda se competem actualmente.

A chegada de Pinto da Costa trouxe glória ao clube da Invicta: no ano de 1986 conquistou o bicampeonato nacional e em 1987, cinco anos depois da sua chegada, conseguiu levar o FC Porto a vencer os seus primeiros troféus internacionais: Taça dos Campeões Europeus, Su-

perança Europeia e Taça Intercontinental.

Dos 20 campeonatos conquistados na era Pinto da Costa destaca-se o pentacampeonato, completado em 1999, além de um "tetra" (2005-2009) e um "tri" (2010-2013). A Taça UEFA de 2003 (bem como a Liga Europa de 2011), a

Liga dos Campeões e a Taça Intercontinental de 2004 foram outros momentos marcantes com Pinto da Costa ao comando.

Pinto da Costa, 76 anos, é o presidente que detém o recorde de títulos conquistados (58) no futebol mundial e está cada vez mais perto de atingir o recorde de longevidade de Santiago Bernabéu, que esteve 35 anos na presidência do Real Madrid. Para tal, porém, terá que ir além do 13.º mandato, que expira em 2016. O encontro dos azuis e brancos que sucede ao seu aniversário na presidência é o clássico FC Porto-Benfica de domingo, a contar para a meia-final da Taça da Liga. Pinto da Costa, de resto, tem na Taça da Liga a única hipótese de conquistar um troféu ao longo do 32.º ano na presidência do FC Porto.

INGLATERRA

Mourinho critica calendário e admite "poupar" em Anfield



O técnico do Chelsea voltou a fazer críticas ao calendário estabelecido pela Liga inglesa, visto que visitará o Liverpool no domingo, num jogo que será muito importante para a decisão do título.

"O problema não está nas minhas mãos, mas em quem decidiu que o jogo seja no domingo em vez de ser sexta ou sábado", criticou Mourinho, que depois do jogo de terça-feira frente ao Atlético de Madrid (0-0), defrontará o Liverpool no domingo e terá o jogo da segunda mão da meia-final da Liga dos Campeões na próxima quarta-feira.

"Representamos o futebol inglês, pois somos a única equipa inglesa nas competições europeias. Espanha tem quatro equipas nas meias-finais e têm todas as condições para que tentem atingir o sucesso", atirou o português.

Com o calendário apertado, o treinador dos blues admite que o clube terá que optar em apostar numa competição. "Por mim, jogaremos com o Liverpool com os jogadores que não vão jogar na quarta-feira com o Atlético Madrid. Mas eu não sou o clube, eles é que decidem", afirmou.

REAL MADRID

Hugo Sánchez vê o Real Madrid a contratar Messi

- Em declarações ao canal Bein Sport, o treinador mexicano lançou um "aviso" ao Barcelona sobre o astro argentino.

Eleito cinco vezes Pichichi (melhor marcador) da Liga espanhola, Hugo Sánchez, antiga glória de Atlético e Real Madrid, deixou um "aviso" ao Barcelona no que toca a Lionel Messi.

Em declarações ao canal Bein Sport, o mexicano de 55 anos não tem dúvidas que o Barcelona "deve pagar o que Messi pedir" numa eventual renovação de contrato (cujo actual vínculo expira em 2018), caso contrário considera que o Real Madrid poderá contratar o argentino.

Na opinião do antigo Bota de Ouro europeu (1989/1990), o número 10 blaugrana "não se sente valorizado no que respeita ao contrato" e que por isso "não está feliz". "Há que ter cuidado", concluiu.

O contrato de Messi tem uma cláusula de rescisão de 250 milhões de euros e, segundo relatos da imprensa espanhola, o avançado deseja ser o mais bem pago da Liga espanhola desde que o Real Madrid ofereceu esse estatuto a Cristiano Ronaldo.

MANCHESTER UNITED

Paul Scholes integra nova equipa técnica de Giggs

- Scholes junta-se a Ryan Giggs, Nick Butt e Phil Neville na equipa técnica do Manchester United, formada por alguns dos mais marcantes jogadores dos "bebés de Ferguson".

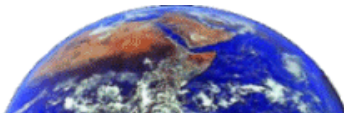
O antigo futebolista inglês Paul Scholes foi chamado para coadjuvar Ryan Giggs, que na terça-feira foi nomeado treinador interino do Manchester United em substituição de David Moyes, anunciou o clube.

"É bom ter o Paul [Scholes] aqui no centro de treinos, para ajudar Ryan Giggs, Nicky Butt e Phil Neville", escreveu o clube na sua conta oficial no Twitter.

O antigo médio dos "red devils", que fez parte dos quadros técnicos na sua primeira retirada em 2011 - mais tarde foi chamado para regressar como jogador -, junta-se aos seus três ex-companheiros de equipa.

Scholes, de 39 anos, começou na formação do United nos anos 90, tal como Giggs, Neville ou Butt, regressou à equipa em 2012, a pedido de Alex Ferguson, antes de abandonar novamente, e desta vez em definitivo, em maio de 2013.

David Moyes, o sucessor de Alex Ferguson, já lhe tinha pedido para aceitar um cargo semelhante na equipa técnica, mas o antigo jogador recusou.



PELA PRIMEIRA VEZ

França aceita mulheres nos submarinos

- Após mais de um século de presença exclusivamente masculina nos submarinos franceses, a Marinha do País decidiu acabar com um dos últimos bastiões reservados aos homens nas Forças Armadas.

O ministro da Defesa, Jean-Yves Le Drian, anunciou que pela primeira vez, a partir de 2017, três mulheres poderão embarcar nos submarinos para missões de patrulha.

“É preciso que a presença feminina seja generalizada. Por isso, haverá mulheres até mesmo nos submarinos. É o símbolo que elas participam totalmente à defesa do País”, declarou Drian.

A escolha das voluntárias será realizada neste ano e o treinamento dessas oficiais para integrar a tripulação de submarinos começará em 2015, informou o ministério.

Várias funções na Marinha estão em estudo para integrar as missões, como médica, especialista em energia nuclear e de comando-adjunto das operações.

A medida diz respeito somente aos submarinos a propulsão nuclear equipados com mísseis com ogivas nucleares (SSBN, segundo o código da organização militar internacional OTAN). Esses submarinos são bem maiores, com cabines mais privativas, de apenas dois ou três leitos, para uma tripulação de cerca de uma centena de membros.

‘Promiscuidade’

De acordo com o Ministério da Defesa, essa primeira experiência com mulheres a bordo de submarinos “poderá, no futuro, levar à abertura perene dessa actividade da marinha à tripulação feminina”.

Até então, vários motivos eram alegados para excluir as mulheres de operações em submarinos, que podem durar dois meses e meio sem retornar à superfície.

Oficialmente, a Marinha sempre alegou problemas de “promiscuidade” em relação aos dormitórios e banheiros.

Há alguns anos, ainda havia um esquema, para ganhar espaço nos submarinos de antiga geração, de compartilhamento dos leitos em turnos distintos.

Havia apenas duas camas para três oficiais, sendo que um deles sempre estaria em operação, de acordo com os turnos de trabalho. Também não haveria condições, por falta de espaço, de limitar o uso de um banheiro apenas às mulheres.

Riscos de saúde, ligados a uma suposta sensibilidade maior das mulheres às taxas mais elevadas de dióxido de carbono nos submarinos e o seu possível impacto em caso de gravidez, também eram destacados oficialmente.

Estudos provaram, no entanto, que esse risco é mínimo, de acordo com a Marinha, que exigirá, mesmo assim, exames de gravidez antes do embarque nos submarinos.

“Os submarinos da geração actual não foram concebidos para acolher em um espaço restrito uma tripulação mista em condições decentes”, dizia o Ministério da Defesa, em 2012, em um documento ao Senado francês.

Estrutura adaptada

A nova geração de submarinos nucleares de ataque, da classe Barracuda, que será lançada a partir de 2017, já prevê infra-estruturas adaptadas a uma tripulação feminina, informa o

Ministério da Defesa.

Mas extraoficialmente outros argumentos também eram evocados para impedir a presença de mulheres nos submarinos. Após meses no fundo do mar, poderia haver “tensões sexuais” a bordo, segundo oficiais da Marinha.

Além disso, muitas esposas de membros da tripulação se opõem à medida. Algumas delas protestaram na imprensa francesa após o anúncio recente feito pelo ministério.

A Marinha francesa possui 14% de mulheres, segundo a revista Le Point. Desde 1993, a Escola Naval francesa forma uma dezena de oficiais mulheres por ano. Desde então, apenas 23 exerceram funções de comando, escreve o Le Monde.

Nos navios, a presença de oficiais mulheres começou a partir de meados dos anos 90 e representa de 10% a 15% da tripulação.

Bastiões masculinos

Há ainda algumas áreas reservadas exclusivamente aos homens nas Forças Armadas e na polícia militar francesa.

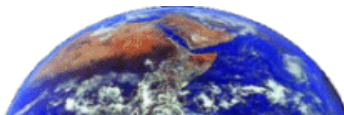
Não há soldados femininos na Legião Estrangeira francesa. Não existe o recrutamento de “legionárias”, mas as mulheres podem exercer outras funções de carreira na Legião Estrangeira, como a de oficial.

As mulheres também não podem integrar os “pelotões de intervenção” da divisão da polícia militar “móvel” (que pode realizar operações no exterior, como as Forças Armadas).

Mas elas podem exercer funções administrativas, de logística ou até de comando nessa divisão da polícia militar.

O argumento é de que os policiais militares que atuam em campo passam cerca de nove meses por ano fora de casa, muitas vezes em áreas sem infraestrutura de higiene.





Netflix, Amazon e Sky investem em séries na briga por mercado de streaming

Um novo empreendimento surge da obscuridade para se tornar um artigo presente em lares mundo afora, distribuindo um produto altamente viciante - as séries transmitidas na Internet pelo sistema de streaming. A Netflix domina esse mercado ainda incipiente, mas já começa a ganhar concorrência de peso da Amazon, da Sky e da Microsoft.

Nesta segunda-feira, a Netflix vai anunciar os resultados financeiros da empresa em 2014. Já se esperam cifras positivas e um crescimento no número de assinantes - as últimas informações eram de uma clientela de 44 milhões de pessoas.

Boa parte desse sucesso se deve à série House of Cards, estrelada por Kevin Spacey, que retrata o cotidiano inescrupuloso dos corredores da política em Washington, a capital americana.

A nova aposta da Netflix é a série Narco, que vai contar a vida do traficante colombiano Pablo Escobar e será protagonizada por Wagner Moura e dirigida por José Padilha.

A questão é se a empresa americana seguirá acumulando poder e fama ou se esse sucesso vai terminar de forma abrupta, como a vida do narcotraficante que inspira sua nova aposta na dramaturgia.

Isso porque quando Narcos estiver disponível no ano que vem, a Netflix não estará mais sozinha (ou quase sozinha, como hoje). O mercado de séries exclusivas para streaming deverá estar bem mais aquecido, com crescente concorrência.

Nos próximos meses, a Microsoft deve lançar duas novas séries de ficção científica, CliqueHalo e Humans, em seu serviço de Xbox Live.

A Sony está a produzir o drama sobrenatural CliquePowers, uma série sobre detec-

tives que investigam pessoas com habilidades sobrenaturais.

E a Amazon, com o seu programa Instant Video, investiu em Cliqueséries diversas, entre elas The After, um drama pós-apocalíptico realizado pelo criador do Arquivo X, Chris Carter.

Na Grã-Bretanha, a rede de TV paga Sky está oferecendo as séries Game of Thrones, 24, Mad Men e outros seriados americanos de sucesso por uma fração do que custa tê-los por meio do serviço de assinaturas da Sky.

Tramas complexas

Não é coincidência que muitos desses programas possuem tramas complexas que se estendem ao longo de várias temporadas em vez de formatos mais curtos preferidos por muitas emissoras de TV.

"O que nossos usuários mais amam assistir, e nós nos concentramos nisso em nossas próprias séries, são histórias altamente serializadas", afirma Joris Evers, porta-voz da Netflix para a Europa.

"Gostamos do tipo de série que possui um prazo de tempo mais longo, com múltiplos episódios e múltiplas temporadas. Você segue uma trama em vez de um episódio, como nas séries policiais, onde alguém é morto nos primeiros 10 minutos e dentro de uma hora você descobre quem cometeu o crime e se ele ou ela serão ou não punidos."

No passado, apostar em séries mais longas era uma estratégia de risco para as TVs,

porque a audiência desses programas costumava cair à medida que eles prosseguiam, afetando as quantias que poderiam ser cobradas por anúncios.

Com frequência, programas de grandes orçamentos eram cancelados antes que as suas tramas tivessem uma resolução. Séries como Firefly, Terminator: The Sarah Connor Chronicles, Flash Forward e Defying Gravity são apenas alguns exemplos.

Nova dinâmica do mercado

A dinâmica do mercado mudou, também no caso das TVs pagas. Cada vez se tornam mais comuns os pacotes que podem ser cancelados a qualquer momento, sem que o cliente tenha de optar por uma assinatura anual. Séries mais longas e que podem "viciar" o espectador ganham mais sentido nessa nova realidade.

"Estes programas prendem você por um longo período de tempo. E num mundo ideal estimulam pessoas a não cancelar a assinatura ao final do mês, mas a continuar assistindo e assinando", afirma Ian Maude, da empresa de consultoria de mídia Enders Analysis.

Por meio da análise de algoritmos, os diferentes serviços de streaming esperam conseguir passar à frente de emissoras de TV, oferecendo aos espectadores séries que em tese também seriam do seu agrado.

"O crucial é 'fragmentar' a audiência, de modo que se você estiver assistindo Game of Thrones, você pode perceber que Ban- shee ou The Walking Dead, que são relevantes para o mesmo tipo de audiência, também estão disponíveis", afirma Gideon Katz, director da Now TV, da Sky.

E quanto mais você assiste, melhor se tornam as sugestões do software.

O CIGARRO MATA!

PROIBIDO A VENDA A MENORES DE 18 ANOS!

